



REDES SOCIAIS COLABORATIVAS, GOVERNANÇA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: O CASO PORTOALEGRE.CC

**Giovana Goretta Feijó de Almeida
Vonja Engel**

Resumo

A discussão perpassa a compreensão do papel das redes sociais colaborativas digitais no contexto da dinâmica das cidades inteligentes por meio das transformações tecnológicas e da forma como podem interagir com a gestão dos territórios. Investiga-se o caso do portal PortoAlegre.cc, rede social colaborativa digital, lançada em março de 2011. Verificou-se a relação entre as redes sociais colaborativas digitais, as cidades inteligentes e o desenvolvimento territorial. O marco teórico foca nas discussões de cidade inteligente de Souza e Awad (2002), utilizando-se da pesquisa qualitativa, cunho exploratório, pesquisa bibliográfica e documental. A coleta de dados se deu a partir do portal PortoAlegre.cc, no período de novembro de 2016 a janeiro de 2017. Os resultados apontaram para a difusão de sistemas interconectados de informação e conhecimento no contexto urbano. O desafio é compreender para quem realmente é importante esta ferramenta tecnológica no formato de rede social colaborativa digital e as articulações que fomenta para o desenvolvimento territorial.

Palavras-chave: redes sociais colaborativas, cidades inteligentes, desenvolvimento territorial, TICs.

1 Introdução

Este artigo está centrado na compreensão do papel das redes colaborativas digitais em relação à dinâmica das cidades inteligentes por meio das transformações tecnológicas e da forma como podem interagir com a gestão dos territórios. Estuda-se o caso PortoAlegre.cc, rede social colaborativa digital criada pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e apoiada pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre-RS. O PortoAlegre.cc recebe denúncias e sugestões de usuários-cidadãos interessados em transformar a cidade



em um lugar melhor, permitindo um canal de discussões sobre o espaço urbano, desenvolvimento territorial e governança. O intuito deste estudo é o de refletir sobre a complexidade das relações entre as redes sociais colaborativas digitais possibilitadas pelas TICs, bem como o de identificar a função dessas redes formadas com a colaboração de usuários-cidadãos no ambiente virtual no que tange ao desenvolvimento territorial.

As redes colaborativas são sistemas tecnológicos integrados, altamente dinâmicos e voláteis (Castells, 1999). Demandam, portanto, certo conhecimento técnico para serem criadas, gerenciadas e também utilizadas pelas pessoas. Nesse sentido, se questiona para quem são feitas as redes colaborativas digitais e quem as abastece de informações, visto que o acesso à internet, no caso do Brasil, ainda não é acessível a todos os cidadãos. Outro ponto que emerge do debate proposto é em que medida essas redes colaborativas estão inseridas no desenvolvimento territorial a ponto de influenciar a própria dinâmica no território. O debate se amplia ainda para o uso de redes de colaboração em um ambiente virtual, no qual esse formato estabelece horizontalidades e verticalidades em diversos níveis e escalas espaciais.

Uma das configurações dessas redes é o foco na colaboração virtual ou digital utilizada pela sociedade a partir do contexto de cidades inteligentes para se organizarem em busca de objetivos sociais em comum, tendo o intuito de interferir em mudanças sociais e na gestão e dinâmica dos territórios (Rabelo *et al.*, 2004; Canclini, 2002). Contudo, se discute o quanto essa interação pode, de fato, influenciar na gestão e no desenvolvimento territorial. Se não interferir positivamente, contribuindo para solucionar problemas locais, pode ser o caso de mera tendência global que pressiona as cidades a utilizarem um alto grau de tecnologia que acaba por beneficiar somente as classes sociais mais abastadas. Neste caso, o poder do capital é o que determinaria o uso dessas redes que compartilham informações sobre o território, influenciando na própria governança urbana.



A escolha por PortoAlegre.cc se dá por este portal, em formato de rede social colaborativa digital, ser uma ferramenta tecnológica interativa entre poder público e cidadãos, criada em 2011, e que se mantém até o momento, em 2017. A ideia é a de propor certo espaço virtual para o debate dos problemas e das potencialidades da cidade, visando melhorar o uso dos espaços públicos e, assim, fomentar o desenvolvimento dos territórios. Tem o objetivo de estimular a discussão entre os cidadãos sobre os problemas que estão acontecendo e, desta forma, promover soluções. Para haver essa solução se faz necessária a participação do poder público local, pois sem sua inserção nessa discussão da sociedade civil, os problemas não serão resolvidos completamente. Assim, ambos, cidadãos e poder público, têm papéis fundamentais para o avanço das questões urbanas. Esse avanço pode ser dar de diversas formas e uma delas é através do uso da tecnologia das redes sociais colaborativas digitais.

O Porto Alegre.cc, rede social colaborativa digital do município de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, Brasil, mapeou oitenta e dois bairros porto-alegrenses, transpondo-os para um plano digital, no qual é possível saber o que acontece, em tempo real, conhecer a história do local, os fatores que influenciam o cotidiano das pessoas, promovendo discussões com as comunidades sobre quais medidas podem ser adotadas ou não para melhorar aquele espaço (PORTO ALEGRE.CC, 2016). Não quer dizer que os problemas apontados pelos cidadãos sejam resolvidos em curto espaço de tempo pelo poder público local, pois dependerá de outros fatores para que o poder público intervenha com ações mais definitivas. Apontar problemas não deixa de ser um caminho para que soluções possam ser encontradas pelo conjunto de atores presente no território.

Em outra perspectiva, pode ser também uma forma de criar estereótipos negativos para os bairros de classe social com menor poder aquisitivo, polarizando ainda mais os bairros pobres e os mais abastados. Os estereótipos tem relação com uma imagem preconcebida sobre uma pessoa, coisa ou situação. Eles são utilizados, em especial, para definir e limitar as pessoas ou grupos sociais, tendo uma aceitação ampla, culturalmente



difundida que serve como motivador para o preconceito e a discriminação (ATKINSON E HIGARD, 1979). Por este ângulo, os mapas colaborativos ou redes sociais colaborativas digitais podem definir e limitar os bairros, interferindo na realidade existente. Podem fazê-lo negativamente no que se refere aos bairros mais pobres mapeados virtualmente, ressaltando muito mais os aspectos positivos dos bairros de classe mais elevada, polarizando realidades locais. Em um sentido contrário, podem ajudar para que sejam resolvidos os problemas das comunidades mais vulneráveis mais rapidamente. Essas percepções serão construídas virtualmente por quem abastece essas redes de cunho social e em formato de colaboração virtual por meio do contexto cidades inteligentes permeadas pela tecnologia.

Na intenção de melhorar a qualidade de vida das pessoas por intermédio das novas tecnologias, surgem as cidades sustentáveis ou cidades inteligentes. São aquelas que utilizam de Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs – para aperfeiçoar as funções básicas¹ de uma cidade (SOUZA; AWAD, 2002). A dinâmica dessas cidades se estabelece por meio de trocas em níveis sociais, econômicos e culturais, no intuito de conferir maior qualidade de vida à população. O foco passa a ser a integração de seus múltiplos atores por meio de uma infraestrutura técnica digital que conecta usuários-cidadãos. Contudo, nem toda a sociedade tem acesso a essa tecnologia, ficando essa “melhoria da qualidade de vida” questionável. Outro ponto a destacar é o quanto esses mapas virtuais interativos com informações abastecidas pela sociedade civil são utilizados pela gestão pública na solução de problemas que a própria sociedade identifica e mapeia, influenciando na dinâmica e gestão dos territórios. Assim, se faz relevante entender o papel dos atores na elaboração desses portais colaborativos digitais, refletindo sobre a complexidade das relações sociais que se estabelecem entre rede e território.

¹ Por funções básicas de uma cidade compreende-se: a moradia, o lazer, o trabalho, a mobilidade, o transporte, o saneamento, dentre outras que seriam essenciais para o funcionamento urbano.



O ponto de partida é o entendimento dos termos cidadãos e usuários no contexto das redes colaborativas. A cidadania é a expressão concreta da democracia exercida pelos cidadãos, de forma consciente e responsável na sociedade, a partir de um conjunto de direitos e deveres para com seu país (DEDIHC, 2016). Já o usuário é aquele que se serve de alguma coisa ou desfruta de suas utilidades. Em um contexto mais abrangente, o usuário é aquele que utiliza algo que é criado para ele e explora essa criação em algum momento de sua vida (PRIMO, 2008; MANOVICH, 2001). Neste estudo, refere-se ao usuário que usa a tecnologia no seu cotidiano. Dessa forma, pode-se dizer que os usuários-cidadãos são aqueles indivíduos que exercem sua cidadania, ou seja, seus direitos como cidadão – direito à vida, à educação, à saúde, à liberdade, à igualdade perante a lei, à propriedade – por meio de um aparato tecnológico em prol de uma melhor qualidade de vida e do direito de participar no destino da sociedade – direitos sociais e políticos, sendo, concomitantemente, um usuário da tecnologia e um cidadão.

Este estudo caracteriza-se como pesquisa qualitativa de cunho exploratório, juntamente com a pesquisa bibliográfica e documental, centrando o marco teórico nas discussões sobre cidades inteligentes, redes sociais colaborativas, gestão e desenvolvimento territorial. Partiu-se da problematização de como as tecnologias de informação e conhecimento – TICS – podem gerar uma nova forma de pensar a gestão e a dinâmica dos territórios, tendo como estudo de caso a rede social colaborativa digital chamada de PortoAlegre.cc. A coleta de dados se deu a partir do portal online dessa rede, no período de novembro de 2016 a janeiro de 2017, tendo sido coletadas informações sobre o portal, filtros que disponibiliza e a interação dos internautas dispostas no mapa virtual. A análise da rede colaborativa digital PortoAlegre.cc permite identificar a presença da tecnologia, da inovação e da integração de sistemas digitais entre os nós que constituem uma cidade, influenciando no desenvolvimento dos territórios. Verifica-se ainda a dinâmica de atores sociais em um ambiente digital, no formato de usuários-cidadãos, que atuam no mapeamento de um território virtual baseado em um território físico.



2 Redes sociais colaborativas e seus múltiplos atores: relações complexas

Em todos os setores da sociedade contemporânea se percebe a utilização do conceito de redes empregado em diversas situações: alimentação, técnicas, empresas, sociais e outras. Em comum, essas redes apresentam relações de interação em diferentes escalas espaciais. A palavra rede é de origem antiga e vem do latim, *retis*, remetendo ao entrelaçamento de fios em um tecido, uma malha de estrutura reticulada que ganha novos significados com o passar do tempo (MUSSO, 2004). Nas últimas duas décadas, as redes têm se transformado em práticas cotidianas de atuação e articulação, possibilitando maior flexibilização, conexão e descentralização nessa era pós-globalização.

Redes, segundo Olivieri (2015), são sistemas organizacionais que tem a capacidade de reunir indivíduos e instituições de diversos âmbitos, democrática e participativamente, em torno de causas compartilhadas. "[...] São estruturas flexíveis e estabelecidas horizontalmente, [...] as dinâmicas de trabalho das redes supõem atuações colaborativas e se sustentam pela vontade e afinidade de seus integrantes, caracterizando-se como um significativo recurso organizacional para a estruturação social" (OLIVIERI, 2003, p.1). Nesse sentido, as redes colaborativas são um exemplo de formas contemporâneas apropriadas pelas novas tecnologias que criam novos tipos de mediações socioculturais, complexificando as relações sociais com o território. Ao reunir pessoas e instituições de forma voluntária e democrática em torno de temáticas em comum, estabelecem-se relações horizontais que pressupõe um trabalho mais colaborativo e participativo entre seus integrantes.

O advento e a popularização da internet trouxeram consigo as chamadas redes sociais ou redes sociais colaborativas. Em se tratando de ambientes virtuais, as mais conhecidas são as redes sociais: *Facebook*, *Twitter* e *Instagram*. Entretanto, novas redes vêm surgindo com novas propostas. É o caso das redes de colaboração em espaços digitais



ou redes sociais colaborativas digitais, mapeadas virtualmente por seus usuários-cidadãos a partir das informações que estes consideram pertinentes e relevantes para a coletividade em seu território físico. Entretanto, esse fluxo de informações compartilhadas, seu intercâmbio e apropriação dependem, cada vez mais, da capacidade das pessoas de aprender a se mobilizarem em ações coletivas nas redes sociais e também no uso técnico das novas tecnologias.

As redes colaborativas ou redes de relações colaborativas ou simplesmente redes sociais colaborativas, de acordo com Camarinha-Matos *et al* (2008), são constituídas de várias entidades autônomas – organizações ou pessoas –, distribuídas heterogênea e geograficamente por objetivos e por cultura. Os grupos sociais que se formam colaboram entre si espontaneamente no intuito de atingir um objetivo em comum que atenda as suas necessidades. Podem se constituir de forma física, como as organizações, ou de forma virtual, no ambiente digital por meio da internet. As redes sociais colaborativas digitais são sistemas interligados que possuem lógicas e dinâmicas específicas. Nesta configuração, o poder é descentralizado, permitindo que todos os seus usuários cooperem uns com os outros de modo a atender certa demanda de negócios, social ou pessoal (RABELO *ET AL.*, 2004). Em uma rede, seja ela do porte e tipo que for, são realizadas trocas coordenadas de habilidades, fluxo de informações e recursos mediados pela rede de computadores, a internet. Também chamada de "rede das redes" (GRUNEWALD, 2010).

Quando se trata da internet se lida com o contexto de múltiplos atores que elaboram em conjunto alguma ação em comum. Há certa descentralização do poder, sem hierarquias, onde cada usuário² ou cada computador ligado à rede – internet – pode, simultaneamente, exercer múltiplas funções e papéis, em tempo real ou não, fazendo com que o fluxo de informações se movimente velozmente, possibilitando a multiplicidade de conexões simultâneas. Esta forma de construção em formato de redes digitais prevê uma habilidade

²Usuário é aquele que usa ou explora alguma coisa. No caso deste artigo, usuário remete às pessoas que utilizam alguma tecnologia em seu cotidiano.



singular de seus usuários que se baseia também no sentimento de pertencimento, colaboração, confiança mútua e em certo conhecimento técnico.

As redes colaborativas não deixam de serem sistemas tecnológicos integrados, de forma dinâmica e volátil, utilizadas pela sociedade para se organizarem em busca de objetivos sociais em comum, agindo nas mudanças sociais e na gestão dos territórios. Entretanto, esse uso só poderá ser feito se houver um comum acordo, mesmo que informal, entre sociedade e gestão pública local para que, ambos, solucionem os problemas em conjunto. Caso contrário, não haverá uma ação mais intensa na solução dos problemas mapeados virtualmente pelos usuários-cidadãos. Ambos os atores, cidadãos e poder público possuem papéis importantes e complementares a fim de promover estratégias para o desenvolvimento territorial. Pecqueur (2005, p. 12) enfatiza que o “[...] desenvolvimento territorial designa todo o processo de mobilização dos atores que leve à elaboração de uma estratégia de adaptação aos limites externos, na base de uma identificação coletiva com uma cultura e um território”. Quando se trata de desenvolvimento territorial, salienta-se que o mesmo é composto por um complexo e diverso conjunto de variáveis que dizem respeito às dinâmicas dos territórios e ao diálogo entre o conjunto de atores. Dessa forma, reflete-se sobre a inserção dessas variáveis e interações inclusive no ambiente virtual, complexificando-o ainda mais, como é o caso das redes sociais colaborativas digitais.

As redes sociais colaborativas digitais surgem em um contexto no qual a sociedade discutia – e ainda discute – formas de diminuir as barreiras impostas pelo espaço físico e o tempo. Assim sendo, torna-se essencial criar e manter a colaboração dos diversos grupos em prol de obter e distribuir conhecimento e informação (LAUDON, 2004). Tanto Canclini (2002) quanto Harvey (1992) salientam que o cotidiano das pessoas e a forma como elas consomem produtos e a própria informação ganhou um ritmo acelerado demais. Vive-se em uma compressão do espaço-tempo, na qual se convive com fragmentos e heterogeneidades dentro da sociedade, compartilhando em formato de rede possíveis soluções para dar conta desse ritmo acelerado.



Pelo panorama que se expõe, acredita-se que a função das redes colaborativas na sociedade e para o Estado é o de permitir o compartilhamento do conhecimento, possibilitando a comunicação, flexibilidade de publicação e disponibilização de documentos, permitindo também transformar informação em conhecimento e, intrinsecamente, o desenvolvimento do espírito de colaboração, promovendo alguma ação em benefício da coletividade. Potencialmente, as redes colaborativas, tem o poder de conectar pessoas, instituições, grupos, setores da sociedade, produzindo novas articulações e propondo ações estratégicas em diversas escalas. Percebe-se certa dinâmica na interação dessas redes com as facilidades proporcionadas pelas TICs que promovem a produção de novos saberes, propagam o conhecimento em uma maior escala e geram novas formas de ser e pensar dos indivíduos e da própria sociedade. Entretanto, uma rede colaborativa não é constituída unicamente de recursos técnicos, mas de pessoas que dela participam e interagem em prol de objetivos compartilhados e mediados pela linguagem da tecnologia. Argumenta-se ainda que de nada adianta ter redes sociais colaborativas digitais se as pessoas não souberem utilizar e interagir com o aparato tecnológico contemporâneo, levando-se à reflexão sobre a dinâmica territorial.

O papel das redes colaborativas digitais atuantes na dinâmica das cidades inteligentes insere novas formas de pensar o território enquanto espaço coletivo, no qual é essencial o manejo de ferramentas tecnológicas que facilitam o planejamento e a gestão territorial. Trata-se, portanto, de uma cultura que produz nova linguagem, comportamento, ações e, conseqüentemente, novas interações dos atores sociais que serão os multiplicadores dessas características, possíveis de serem potencializadas (MEDEIROS; VENTURA, 2008). As redes colaborativas permeiam por essas relações entre os múltiplos atores que a constituem. São relações complexas e desafiadoras mediadas pelas TICs que influenciam na gestão dos territórios, na resolução de problemas urbanos e nas potencialidades e limitações das cidades.

VIII Seminário Internacional sobre

Desenvolvimento regional

Territórios, redes e
Desenvolvimento Regional:
Perspectivas e Desafios



Programa de Pós-Graduação
**Desenvolvimento
Regional**
mestrado e doutorado





3 Cidades e territórios: o grande desafio estratégico

O espaço urbano e o fluxo de pessoas nas cidades adquiriram tamanha proporção que se faz necessário um repensar sobre o mundo no qual o ser humano vive. Reflete-se sobre os hábitos e o cotidiano das pessoas que vivem nas cidades e de como se pode torná-las mais sustentáveis para promover uma melhor qualidade de vida. Neste repensar as cidades surge o contexto das cidades inteligentes. São cidades que focam na preocupação da sustentabilidade, abordando questões ambientais, moradia, mobilidade, segurança e governança por meio da tecnologia (SOUZA E AWAD, 2002). A partir da gestão de cidades inteligentes se promovem os desenvolvimentos, sustentável e o territorial, sendo esses desenvolvimentos intermediados pelo recurso tecnológico.

Souza e Awad (2002: 2) salientam que "[...] as cidades são o maior artefato já criado pelo homem. Sempre foram objetos de desejos, desafios, oportunidades e sonhos". Essa criação humana, entretanto, chega a uma realidade na qual precisa ser reinventada e repensada coletivamente. Não são poucos os problemas que os cidadãos enfrentam diariamente: mobilidade em um trânsito cada vez mais caótico, mudanças climáticas repentinas, segurança das pessoas, dentre vários outros. Repensar uma cidade nesse modelo urbano inteligente permeado pelas TICs requer novas formas e estratégias de governança, planejamento e perspectiva de futuro por parte do poder público local. O desenvolvimento sustentável prevê o desafio de repensar a cidade que existe na contemporaneidade de forma econômica, ambiental e social, interferindo na dinâmica territorial. Nesse sentido, as cidades são o grande desafio estratégico do planeta. Um planeta que, segundo Souza e Awad (2002), se urbanizou como a sociedade.

De acordo com Raffestin (1993), território é um espaço apropriado por vários atores sociais, sendo definido e delimitado por e a partir das relações de poder em suas múltiplas dimensões e enfoques. Destarte, ele – o território – tem uma relação complexa com a construção social das pessoas que ali vivem e relacionam-se entre si, criando laços



intermediados de identidade e cultura por meio das relações de poder. Por conseguinte, segundo Albagli (2004:26), "[...] cada território é produto da intervenção e do trabalho de um ou mais atores sobre determinado espaço". É uma obra coletiva, disposta socialmente que estabelece ligações de interesses compartilhadas entre seus atores. Nesse sentido, constata-se que as cidades são permeadas por vários territórios que a constituem e que mantêm relações complexas com seus atores, formando nós com conexões e enfoques múltiplos que se estabelecem a partir de interesses dos distintos grupos que constituem a sociedade.

O grande desafio estratégico das cidades e seus territórios passa a ser sua gestão pública. Devido à rapidez com que, o planeta e a sociedade, se urbanizaram e foram permeados por sistemas complexos da rede técnica e da tecnologia, houve também a geração de relações complexas entre seus atores sociais. Segundo Pires (2010:21) "[...] o ciberespaço brasileiro é hoje um complexo territorial articulado de redes sócio tecnológicas em conexão e em permanente expansão". A gestão dos territórios em seus múltiplos enfoques é um problema de todos – Estado, sociedade e cidadãos – e não mais apenas da governança urbana. Surge uma nova economia mundial na qual o conhecimento é o ponto de partida. De acordo com Gorz (2005:9), "[...] A economia do conhecimento que atualmente se propaga é uma forma de capitalismo que procura redefinir suas categorias principais – trabalho, valor e capital – e assim abarcar novos domínios". Dessa forma, percebe-se a consolidação de um trabalho imaterial que utiliza a tecnologia, a informação e o conhecimento como fluidez do capital econômico.

3.1 As TICs e o (des)equilíbrio territorial

Para Takahashi (2000, p. 176), as Tecnologias de Informação e Comunicação, conhecidas como TICs, são "[...] tecnologias utilizadas para tratamento, organização e disseminação de informações". Interferem e mediam processos que se relacionam com a



informação e a comunicação entre as pessoas. Com as TICs surgem novas formas de aprender, trabalhar e ativar instituições e governos que buscam uma maior interação com a sociedade civil. As TICs adquirem o papel de protagonistas nesse intercâmbio de informação e conhecimento em prol do desenvolvimento. Alguns exemplos das TICs no cotidiano são: computadores, câmeras digitais de foto ou vídeo (*webcams*), CDs e DVDs, HDs, cartões de memória, *pendrive*, celulares, TV por assinatura, TV a cabo, *e-mail*, *websites*, *home pages*, internet, *streaming*, *podcasting*, wikipédia, fotografia digital, vídeo e som digital, rádio digital, TV digital, *Wi-fi*, *Bluetooth* e as tecnologias digitais de captação e tratamento de imagens e sons como *Vimeo* e *Youtube*.

Todo esse aparato tecnológico possui características próprias como: agilidade, horizontalidade e a possibilidade de manipulação do conteúdo da comunicação e informação mediante a digitalização e comunicação em redes. Essa nova dinâmica das relações entre as pessoas foi desenhando o que, na contemporaneidade, se conhece como a "Sociedade da Informação e do Conhecimento" (CASTELLS, 1999) alicerçada, sobretudo, por redes de comunicação telefônica e virtual.

Segundo Castells (1999, p.21) “[...] uma revolução tecnológica concentrada nas tecnologias da informação está remodelando [...] a sociedade em ritmo acelerado. [...] apresentando uma nova forma de relação entre a economia, o Estado e a sociedade [...]”. À medida que aumenta a popularização de novas formas de comunicação mediadas pela tecnologia, emerge também novas formas de se relacionar com as outras pessoas e com a própria sociedade em si, impondo novos tipos de relações bem mais complexas. Neste sentido, a internet é a principal ferramenta de acesso com a qual as pessoas partilham suas opiniões e experiências entre seus grupos sociais, outras cidades, regiões e países, contribuindo para um relacionamento interconectado não só localmente e regionalmente, mas também com o mundo. O discurso é o de que o uso adequado dessas ferramentas tecnológicas podem promover o desenvolvimento e a cidadania, aumentando a participação na sociedade civil e comunidades por meio da inclusão digital. Contudo, é necessário



ampliar a discussão para verificar e compreender o tipo de desenvolvimento, cidadania, participação e inclusão ou exclusão digital que promovem, bem como o tipo de sociedade que estão criando para o futuro.

Segundo Lopes (2009), as TICs podem contribuir de inúmeras formas para o desenvolvimento: viabilizam o crescimento econômico, mediante investimentos em tecnologias, crescimento do setor de TICs e impacto em outros setores; proporcionam bem-estar social, por meio do aumento da competitividade, melhores oportunidades de negócio e maiores possibilidades de emprego; oferecem qualidade de vida, por intermédio da aplicação das TICs na educação e na saúde; promovem a melhoria dos serviços públicos oferecidos aos cidadãos e o aperfeiçoamento dos processos de tomada de decisão. Além disso, as TICs visam contribuir na ampliação do exercício da cidadania, aumentando a interação entre cidadãos e governo mediante canais mais rápidos e menos burocráticos de diálogo. Os meios digitais de divulgação de informações também facilitam o controle social do governo, dando maior transparência à administração pública nos três níveis – local, estadual e federal. Como se pode perceber a propagação das TICs enquanto sistemas interconectados de informação e conhecimento formam novas formas de agir entre Estado e sociedade civil, contribuindo tanto no equilíbrio quanto nos desequilíbrios territoriais.

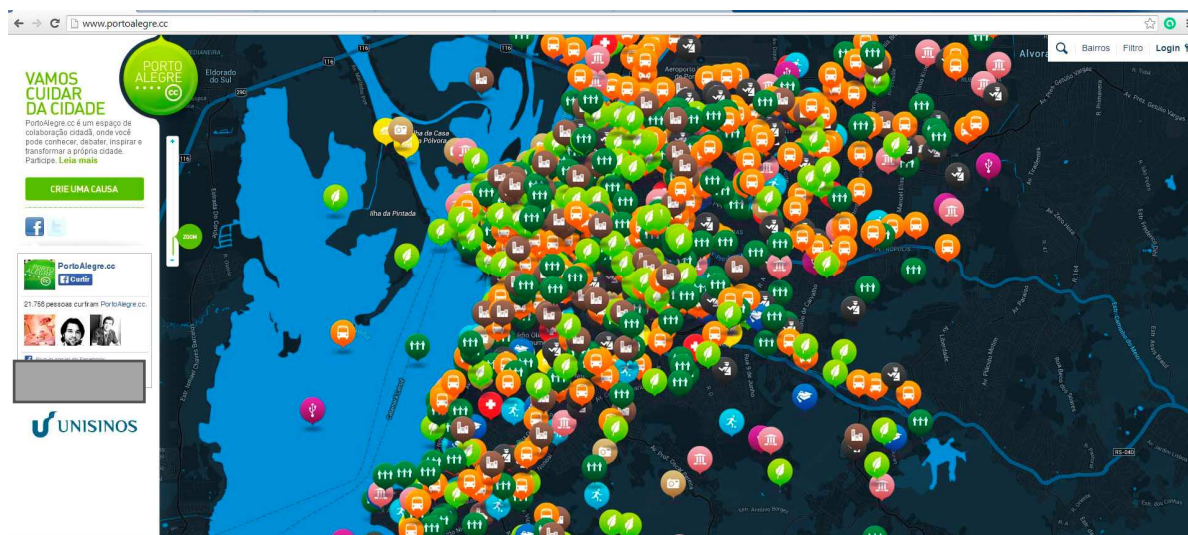
4 Portoalegre.cc: a rede social colaborativa dos portoalegrenses

O PortoAlegre.cc foi criado com o objetivo de receber denúncias e sugestões de cidadãos interessados em transformar a cidade em um lugar melhor para se viver (PORTO ALEGRE.CC, 2016). O PortoAlegre.cc (Figura 1) é um projeto colaborativo realizado na cidade de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, e idealizado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos –, tendo como apoiador a Prefeitura Municipal de Porto Alegre. A referida rede envolve a criação de uma plataforma digital onde os habitantes da cidade podem discutir seus problemas urbanos, mapeando pontos críticos



e sugerindo mudanças e melhorias. Um exemplo é a criação de *causas* para que os cidadãos portoalgrenses se reúnam com outras pessoas para realizarem, em conjunto, as melhorias propostas para a cidade. O "cc" do nome do projeto deriva do termo *Creative Commons*, um tipo de licença de propriedade intelectual, criada para compartilhar conteúdos culturais com todos.

FIGURA 1 – Portal da rede social colaborativa Porto Alegre.cc



Fonte: www.portoalegre.cc (2016)

Segundo o site do Porto Alegre.cc esta é uma concretização do conceito de *wikicidade*³, criado dentro da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Este conceito se refere a uma plataforma digital que permite a discussão da história, a realidade

³O conceito de *wikicidade* concentra-se em dar voz para as sugestões e reclamações dos cidadãos relativas aos diversos problemas que possam existir em suas cidades. A ideia é gerar relatórios semestrais de todas as sugestões e problemas apontados pelos usuários-cidadãos, para que depois sejam encaminhados às prefeituras de cada município.



e o futuro de territórios específicos, e nasceu após a experiência liderada pela própria universidade no Parque da Redenção, o Redenção.cc – projeto pioneiro no Brasil no formato de redes colaborativas digitais. Em outras palavras, Porto Alegre.cc foi criado para ser um espaço democrático, no qual o indivíduo-internauta ou usuário-cidadão tem a oportunidade de discutir os problemas de sua cidade, no intuito de mostrar o que ela tem de bom e o que precisa ser melhorado, dando opiniões e chamando as pessoas para ajudarem a transformar essa ideia em realidade (PORTO ALEGRE.CC, 2016). Não deixa de ser ainda uma forma de chamar a atenção do poder público para os problemas da cidade.

O portal Porto Alegre.cc funciona a partir dos interesses que as pessoas têm na proximidade de suas casas, trabalho ou em seu bairro. A dinâmica do Porto Alegre.cc é a criação de um *wikispot*, ou seja, pontos que mapeiam territórios reais – cidades, bairros, parques, espaços públicos, etc – em uma plataforma digital que recebe intervenções coletivas dos internautas. Pode-se navegar pelo mapa virtual –cópia fiel digitalizada da cidade de Porto Alegre – e também publicar conteúdos diretamente em sites de redes sociais como *Twitter*, *Facebook*, *YouTube* e *Vimeo*. Também há a possibilidade de marcar e indicar situações que beneficiem ou não a cidade, como: áreas de alagamento, lugares inseguros, um local onde se pode jogar futebol, ruas com boa ou má iluminação, pontos de violência, pontos de cultura, entre outros. Esses conteúdos ficam disponíveis na página do portal e podem ser publicados pelos internautas em suas redes sociais, ampliando ainda mais a repercussão no território (PORTO ALEGRE.CC, 2016).

O projeto Porto Alegre.cc possui doze filtros: cidadania, cultura, educação, empreendedorismo, esportes e lazer, meio ambiente, mobilidade urbana, saúde e bem-estar, segurança, tecnologia, turismo e urbanismo. Seu objetivo é o de estimular a discussão entre a comunidade sobre os problemas que estão acontecendo e assim promover um debate social e político para solucioná-los. Na contemporaneidade, o projeto mapeou oitenta e dois bairros de Porto Alegre, transpostos para um plano digital, no qual é possível saber o que acontece, conhecer a história do local, os fatores que influenciam o cotidiano das



peças e discutir com outras pessoas que medidas podem ser adotadas para melhorar a cidade. Ao (re)pensar a cidade a partir de um mapa virtual oriundo de um mapa físico, há certa transformação dos lugares em espaço de fluxos e canais. Castells (1999) enfatiza que a virtualidade social, neste caso as redes sociais colaborativas digitais, desprestigiam a autonomia da governança dos estados e das nações. O fluxo gerado pelo mapeamento dos problemas sociais feitos pelos próprios cidadãos, praticamente somente por intermédio da internet, acaba por limitar o poder regulador dos Estados, influenciando ou até mesmo podendo interferir na gestão e no desenvolvimento dos territórios.

Outra questão remete à forma sobre o uso das tecnologias pelas pessoas, deixando, muitas vezes, “[...] subutilizada a sua capacidade de produzir, transformar e receber outras informações que sejam úteis ao seu dia-a dia e ao seu posicionamento como cidadão” (SANTOS; CARVALHO, 2009, p. 53). Isso ocorre porque as pessoas, de forma geral conhecem o básico da tecnologia, não estando a par do que esta pode fazer em prol do conhecimento da sociedade. Assim, quando são ofertados recursos tecnológicos para sanar problemas urbanos, deve-se ter consciência sobre o quanto a sociedade está ou não familiarizada com os recursos tecnológicos, em especial, àqueles da internet.

4.1 Redes sociais colaborativas, cidades inteligentes e gestão de territórios: um tripé estratégico (ou não)

Segundo a mídia local, o PortoAlegre.cc transformou a capital do Estado do Rio Grande do Sul, na primeira *wikicidade* brasileira. O conceito é definido como um “[...] espaço virtual que encoraja a participação e a colaboração dos cidadãos [...]” em um “[...] ambiente de trocas de ideias, sugestões e reivindicações [...]” (PORTO ALEGRE.CC, 2016). A plataforma é resultado de um projeto desenvolvido na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) em parceria com a Prefeitura Municipal.



Segundo *releases* divulgados na internet, o coordenador do curso de bacharelado em Comunicação Digital da Unisinos, Daniel Bittencourt, um dos criadores do portal Porto Alegre.cc, em entrevista ao *blog* do projeto, em 2014, diz que

[...] da articulação e reflexões do ambiente acadêmico na Unisinos surgiu o conceito de *wikispot*. Não é nada complicado, um neologismo entre as palavras *wiki* (rápido, em havaiano) e *spot* (lugar, em inglês). A ideia era testar se um lugar físico poderia funcionar como um verbete da *Wikipedia* – em que qualquer pessoa pode acrescentar informações para tornar um verbete mais rico.

O que a *wikicidade* faz é reunir compartilhamento de dados e informações sobre os serviços públicos e a história local em um espaço de cocriação de múltiplos atores e enfoques do próprio território (PORTO ALEGRE.CC, 2016). Assim, pode-se dizer que o Porto Alegre.cc é um grande portal de informações sobre a cidade de Porto Alegre abastecido pelos próprios cidadãos. Essas informações coletadas podem ser utilizadas ou não pelo poder público local como indicador de possíveis melhorias na cidade e mobilizador de ações comunitárias, bem como articulador do desenvolvimento territorial.

No *blog* do projeto encontra-se que

Os usuários/cidadãos podem participar efetivamente e viver a cidade de forma mais ampla, mesmo que de forma virtual. [...] Queremos uma cidade melhor, mais plural e inclusiva, transformada de baixo para cima, que seja capaz de ouvir e de considerar a ideia de cada pessoa – e que essa ideia seja capaz de transformar não apenas ambientes, mas mentes e corações. De um conceito acadêmico, a *wikicidade* venceu o território universitário para propor ações transformadoras no território de vida da cidade. E está ganhando força [...].

Ações como essa do PortoAlegre.cc podem ser utilizadas pelos governos para fazerem um mapeamento dos problemas e também das oportunidades de uma cidade, propondo ações futuras de melhorias e melhor qualidade de vida de seus moradores. A Prefeitura Municipal de Porto Alegre aderiu a esse projeto de rede social colaborativa,



encontrando-se o logotipo do referido órgão público como apoiador do PortoAlegre.cc. no site do portal.

No portal, aparece ainda o termo de uso do próprio portal, orientando os internautas sobre a correta forma de usar a plataforma digital PortoAlegre.cc. No item 1, que trata do objeto, encontra-se que o objetivo principal é o de discutir a história, a realidade e o futuro da cidade de Porto Alegre. Percebe-se, portanto, que a maior preocupação é manter, de certa forma, um resgate histórico do passado, fortalecendo a identidade cultural da cidade; conhecer os problemas enfrentados pelos moradores e também criar oportunidades para um futuro melhor em termos de qualidade de vida. No entanto, quando o portal se refere ao “acesso de todos os cidadãos” se questiona quem seria esse “todos”, visto que uma parcela da população – a mais pobre e a que teria maiores problemas sociais – não tem acesso à tecnologia, nem a internet e tampouco sabe utilizar a linguagem digital.

Encontra-se também o conceito de quatro expressões que o portal utiliza (PORTOALEGRE.CC, 2016). A saber:

- a) usuário: qualquer pessoa que de alguma forma acesse a plataforma digital PortoAlegre.cc, bem como aquele que por qualquer meio venha a utilizar o conteúdo nela disponibilizado;
- b) colaborador: qualquer pessoa que participe e contribua com a edição de conteúdo na plataforma digital PortoAlegre.cc de forma colaborativa;
- c) moderador: a(s) pessoa(s) que dispõe(m) de acesso aos mecanismos de controle de conteúdo postado na plataforma digital PortoAlegre.cc, no intuito de evitar a inclusão de informações inverídicas, abusivas, ofensivas, ou que de qualquer forma desrespeitem o presente Termo de Uso;
- d) plataforma digital colaborativa: corresponde à base de dados digital construída pela edição coletiva dos colaboradores de conteúdo da PortoAlegre.cc.



O item seguinte se refere às responsabilidades do usuário em utilizar a plataforma colaborativa, reafirmando seu compromisso com a comunidade e não com a finalidade comercial, partidária, discriminatória ou caluniosa. Quanto às responsabilidades sobre a colaboração proposta, o usuário é o responsável pela veracidade e autenticidade do conteúdo inserido na Plataforma (PORTO ALEGRE.CC, 2016). Contudo, quando se cria um estereótipo sobre um bairro de classe com menor poder aquisitivo, como uma favela, por exemplo, está se discriminando esse lugar em relação aos demais bairros. Nesse sentido, o mapeamento proposto pode ir ao encontro da segregação espacial. Segregação aqui compreendida a partir da visão de Caldeira (2003) como padrões de diferenciação que organizam o espaço urbano, cultural e historicamente, indicando relações entre os grupos sociais.

O portal disponibiliza, em seu menu principal, a forma como o internauta deve participar da Plataforma. Ao acessar o mesmo, há o título – "Todos precisam fazer sua parte" – antes do texto que estabelece as regras de participação. Duas variáveis se destacam nesse título: todos e o verbo *precisar*. A palavra "todos" compreende a integridade de atores sociais que constituem uma cidade, gerando um maior engajamento, mesmo sabendo que atingir 100% de uma população é praticamente impossível. Nesse caso, o acesso e o conhecimento da linguagem das TICs é um fator limitante à população de baixa renda que também faz parte da cidade de Porto Alegre. Já o verbo *precisar* remete ao sentimento cidadão que as pessoas devem ter para com seus direitos e deveres, partindo da premissa de que cada indivíduo deve fazer a sua parte na manutenção da cidadania e de uma melhor qualidade de vida. A expressão "todos precisam" fazer a sua parte em prol de um bem comum, não esclarece a quem se destina esse "todos".

As regras de participação do portal são: ter algum aspecto negativo ou positivo sobre a cidade a ser contado no portal seja histórias, fotos, vídeos ou sugestões; criar uma causa a partir de demandas e anseios do que pode ser melhorado em Porto Alegre ou até mesmo um local que mereça destaque e que já seja algo bom para a cidade. Para criar essa causa,



a primeira etapa de interação do portal colaborativo, é necessário que o usuário se conecte com sua conta do *Twitter*, *Facebook* ou *Google* para que possa escrever a sua ideia e compartilhá-la entre seus amigos. Assim sendo, já logo de início no uso do portal Porto Alegre.cc há um grande limitante a quem não tem acesso à internet ou conta nas referidas redes sociais.

Segundo o portal PortoAlegre.cc (2016) "[...] quanto mais gente souber, mais pessoas poderão ajudar a tirar a ideia da sua cabeça e mudar a realidade que nos cerca". A ideia é a de que essa dinâmica de rede social colaborativa interagindo com outras redes sociais e compartilhando ideias e ações, gerem maior engajamento, informação e, conseqüentemente, mais conhecimento sobre a causa; contribuindo para uma solução ao problema daquela realidade. Contudo, a realidade que se remete pode ser apenas de classe média à alta que abasteçam o portal Porto Alegre.cc, deixando à margem as realidades da classe mais baixa que também fazem parte da cidade de Porto Alegre. Nesse sentido, o portal não atenderia a demanda de todas as classes sociais dos cidadãos porto-alegrenses, mas apenas a uma parte da população: aquela com maior poder aquisitivo.

No entanto, reflete-se que ações como essas das redes colaborativas associadas à dinâmica das cidades inteligentes permeadas pelas TICs, podem vir contribuir na gestão de territórios, favorecendo uma nova forma de pensar sobre as cidades. Assim sendo, os três fatores: redes sociais colaborativas, cidades inteligentes e gestão de territórios formam um tripé estratégico coletivo que coloca à disposição dos cidadãos ferramentas para corrigir os equilíbrios e os desequilíbrios territoriais e também para aumentar a participação cidadã. Contudo, é preciso refletir sobre as alternativas que venham a inserir a população mais pobre nesse formato digital para que, assim, realmente todos os cidadãos possam compartilhar os problemas e os desafios de sua cidade.

Considerações finais



Os resultados obtidos apontam para uma difusão de sistemas interconectados de informação e conhecimento, mediados pela tecnologia contemporânea, que formam novas formas de interagir entre Estado e sociedade civil. Essa nova interação tem ligação com o que Harvey (1992) e Canclini (2002) mencionam a respeito da compressão do espaço e do tempo, na qual se tem um ritmo extremamente acelerado de consumo do próprio cotidiano, interferindo também na forma de governança urbana.

As TICs são elementos importantes para a promoção do desenvolvimento, pois estimulam a criação de redes sociais firmadas na colaboração que contribuem para corrigir os desequilíbrios territoriais. Essas redes, são o que Castells (1999), chamou de estruturas flexíveis e horizontais que supõe e se mantém pela colaboração das pessoas na estruturação social. Contudo, as redes sociais colaborativas digitais não são as únicas formas de contribuir em prol de uma sociedade mais igualitária. O uso e o acesso a essas tecnologias ainda são limitantes e, embora, possam contribuir para solucionar problemas sociais se faz necessário ampliar seu uso para as classes de baixa renda. Somente com essa ampliação é que se poderá ter uma participação virtual da sociedade de forma integral e equilibrada. Caso contrário, o mapeamento se limita às classes sociais mais elevadas e aos seus problemas sociais, deixando marginalizadas às pessoas mais pobres, contribuindo com uma segregação espacial virtual.

Os fatores abordados neste estudo refletem a necessidade aprofundar pesquisas sobre a forma como as TICs, os territórios e as cidades interagem com seus atores sociais frente aos desafios de uma rede interconectada de forma colaborativa pela tecnologia, bem como os governos podem utilizar essas informações de forma positiva e estratégica, atingindo a todas as classes sociais e promovendo o desenvolvimento territorial. Constatase que as TICs podem aperfeiçoar o funcionamento de uma cidade, conforme salientado por Souza e Awad (2002), mas ainda é necessário expandir o uso desse mapeamento de forma mais igualitária. Torna-se relevante a compreensão de como os atores sociais interagem entre si e como transformam fisicamente seus territórios a partir de um ambiente



virtual e colaborativo. É necessário analisar ainda a participação das redes sociais colaborativas no processo de apropriação pública da sociedade, evidenciando o papel das TICs, do conhecimento e da informação que propagam, por meio da articulação de ações colaborativas em um ambiente virtual.

O PortoAlegre.cc vem a contribuir nessa discussão sobre a gestão dos territórios, desenvolvimento territorial e a forma pela qual seus cidadãos podem ampliar sua participação urbana por meio da tecnologia. Salienta-se a importância de se compreender o uso das TICs no cotidiano das pessoas – independente da classe social – como elo fortalecedor e estratégico dos instrumentos de comunicação em redes sociais colaborativas, cidades inteligentes e na própria gestão dos territórios. Sem esse conhecimento sobre as novas tecnologias, as pessoas deixam de interagir e contribuir com informações que venham a produzir uma qualidade de vida melhor. As redes sociais colaborativas constituem uma forma inovadora e poderosa de fortalecimento da sustentabilidade das cidades e de seus múltiplos atores sociais, interagindo direta e indiretamente na gestão dos territórios, refletindo nas políticas públicas.

Referências

ALBAGLI, S. Território e Territorialidade. In: LAGES, V.; BRAGA, C.; MORELI, G. (Org.). Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. Rio de Janeiro, Relume Dumará, p. 24-65, 2004.

CANCLINI, N. G. Cidades e cidadãos imaginados pelos meios de comunicação. In: Revista Opinião Pública, Campinas, Vol. VIII, nº1, p. 40-53, 2002.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.



CAMARINHA-MATOS, L. M.; AFSARMANESH, H. As redes de colaboração: uma nova disciplina científica. 2008. In: *International Journal of Production Research*. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00207540701737666#preview>>. Acesso em: 05 fev. 2016.

DEDIHC. Site Institucional do Departamento de Direitos Humanos e Cidadania do Estado do Paraná. Disponível em: <<http://www.dedihc.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=8>>. Acesso em 23 mar. 2016.

GORZ, A. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo, Annablume, 2005.

GRUNEWALD, Arilson; *Surgimento da Internet*. 2010. Disponível em: <<http://www.umclick.com/noticias/2010/destaque/umclick-noticia.html>>. Acesso em: 01 ago. 2016.

HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola, 1992.

LAUDON, K. C. L, LAUDON, J. P. *Sistemas de informação gerenciais: administrando a empresa digital*. São Paulo, Prentice Hall, 2004.

MANOVICH, L. *The language of new media*. Cambridge: The Mit Press, 2001.

MEDEIROS, Z.; VENTURA, P. C. S. Technological culture and sociotechnical networks: a study of the São Paulo municipal school system web portal Centro Federal Tecnológico de Minas Gerais, *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 34, n.1, p. 63-75, jan./abr, 2008.

MUSSO, P. A Filosofia da rede. In: PARENTE, A. (Org.). *Tramas da rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação*. Porto Alegre, Sulina, p. 17-37, 2004.

OLIVIERI, L. A importância histórico-social das redes. In: Manual de redes sociais e internet do centro de direitos humanos. 2015. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fformacaoredefale.pbworks.com%2F%2FA%2BImport%25C3%25A2ncia%2BHist%25C3%25B3rico-social%2Bdas%2BRedes.rtf&ei=sM6OVfaJOMqvvggT31YLYDg&usg=AFQjCNHoj88U-elq_2vygjGaMO548CSsJQ&bvm=bv.96783405,d.eXY>. Acesso em: 10 out. 2016.

_____. A importância histórico-social das Redes. *Rede de Informações para o Terceiro Setor*, ed. jan, 2003.



PECQUEUR, Bernard. O Desenvolvimento Territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. *Raízes*, Campina Grande, Vol. 24, nº 01-02, p. 10–22, jan./dez. 2005.

PORTOALEGRE.CC (2016): Site institucional do portal colaborativo do projeto PortoAlegre.cc. Disponível em: <www.portoalegre.cc>. Acesso em: 30 mar. 2016.

PIRES, F. H. Redes sociais colaborativas e geografia em rede: as novas formas de apropriação do conhecimento social no século XXI. In: *Revista Terra Livre*. São Paulo, ano 26, v.1, n. 34, jan-jun, p. 17-36, 2010.

PRIMO, A. *Interação mediada por computador: comunicação, cibercultura, cognição*. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2008.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo, Ática, 1993.

SANTOS, P. L. V. A. C.; CARVALHO, A. M. G. Sociedade da informação: avanços e retrocessos no acesso e no uso da informação. *Informação & Sociedade: Estudos*, v.19, n.1, p. 45-55, jan./abr, 2009. Disponível em: <[http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view File/1782/2687](http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/File/1782/2687)>. Acesso em: 10 dez. 2016.

SOUZA, C. L.; AWAD; J. C. M. *Cidades sustentáveis, cidades inteligentes: Desenvolvimento sustentável num planeta urbano*. São Paulo, Bookman, 2012.

TAKAHASHI, T. (org.). *Livro verde da Sociedade da Informação no Brasil*. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.